

Consortciados pagam depois

São Paulo — Os mais de 40 mil consorciados já contemplados, que aguardam receber seus veículos, somente deverão pagar o empréstimo compulsório de 30%, quando acabarem de pagar o carro e o desalienarem do Detran. A interpretação foi dada, ontem, pelo presidente do Sindicato e Associação Brasileira das Administradoras de Consórcios, Egidio Airton Modolo, que se baseou para isso no artigo 13 do decreto-lei e no item B do parágrafo 4º:

“O empréstimo de que trata este artigo não será exigido, na alienação fiduciária em garantia”, diz o item B. Egidio Modolo apoiou o depósito compulsório por considerar que ele acabará com o mercado de especulação.

— Calculamos que cerca de 3 mil carros por mês (de um total de 32 mil/mês distribuídos por consórcios no Brasil) foram repassados para o mercado paralelo — disse o presidente do sindicato e associação.

Modolo se declarou preocupado com o fato de haver mais de 40 mil consorciados com direito a receber seus veículos e que não conseguiram ainda o carro, devido à falta no mercado.

Isso está pondo em risco a credibilidade do sistema de consórcios, já que a

lei prevê que a entrega do carro deve ser feito em 30 dias, e alguns consorciados contemplados estão esperando já há 120 dias. Os carros vão ter que aparecer agora, pois não acredito que as montadoras estão trabalhando em sua capacidade máxima de produção. O próprio presidente da Anfavea, André Beer, disse que não interessa às fábricas vender carros com os preços congelados — afirmou.

Outro problema preocupa o setor: quase 50% dos trabalhadores em administradoras de consórcios (de um total de 70 mil) serão demitidos caso o governo não altere uma portaria (nº 186), do último mês de maio, que impede que as empresas formem novos grupos de consorciados.

Para ele, as empresas poderiam suportar as novas medidas econômicas do governo (que estabelecem a suspensão de lances para retirada de veículos por 120 dias), “se houvesse uma perspectiva de que, depois, haveria um crescimento do setor, com o aumento do número de grupos de consórcios”. A suspensão dos lances, segundo Egidio Modolo, provocará uma redução de entrega, no país, de cerca de 7 mil veículos por mês, que representam aproximadamente R\$ 700 milhões.